



# Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



## EDITAL DE TERMO DE FOMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2023

**O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.009.894/0001-08, com sede na Rua Getúlio Vargas, 750, Centro, São Domingos/SC, representado pelo Prefeito Municipal MARCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI, TORNA PÚBLICO o presente Chamamento Público destinado a selecionar organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria por meio de Termo de Fomento, consoante às condições estatuídas neste Edital e na Lei federal 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, de acordo com o que segue:

### I - DO OBJETO

1.1. O presente Chamamento Público se destina a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria, por meio de Termo de Fomento, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), cujo objetivo é a seleção de até 03 (três) propostas para a execução de infraestrutura física em espaços destinados à prática de esportes e de desenvolvimento comunitário, a serem executadas até 30 de junho de 2024.

1.2. As entidades interessadas deverão habilitar-se mediante a apresentação da documentação exigida no presente edital de Chamamento Público e apresentação do Plano de Trabalho, na forma do Anexo III, quantificando os recursos financeiros pretendidos, dentro dos limites fixados no presente edital.

1.3. Fica vedada a participação em rede/grupo de Organizações da Sociedade Civil.

### II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Os recursos financeiros destinados a este Chamamento Público são da ordem de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de até 03 (três) propostas para a execução de infraestrutura física em espaços destinados à prática de esportes e de desenvolvimento comunitário a serem executadas até 30 de junho de 2024.

2.2. Os recursos obedecem à disponibilidade do orçamento previsto e aprovado na forma da Lei para o exercício de 2023:

Órgão	03
Unidade	001
Funcional	04.122.0402.2.034
Modalidade de Aplicação	3350 – Transferências
Recurso	Ordinário
Dotação	06

2.3. As despesas decorrentes da realização da parceria do objeto deste Chamamento Público serão realizadas tendo em conta:

a) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo dos bens, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, manutenção, de investimento e de pessoal;

b) a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do Município na



# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



inadimplência da organização da sociedade civil, em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de sua execução;

c) o pagamento da remuneração de profissionais contratados pela organização da sociedade civil para operacionalização dos bens recebidos não gera vínculo trabalhista com o Município de São Domingos;

d) a vedação de utilizar os bens, provenientes da parceria objeto deste Chamamento Público para finalidade alheia ao seu objeto.

### **III - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Para participar deste Edital, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

b) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei federal 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

3.2. As organizações da sociedade civil sem fins lucrativos devem possuir:

a) no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem analisadas pela Comissão de Seleção.

3.3. Apenas poderão participar organizações da sociedade civil sem fins lucrativos sediadas ou com representação atuante e reconhecida no Município de São Domingos há no mínimo um ano e que comprovem atuação nas atividades objeto deste edital.

### **IV - DOS PRAZOS E DA FORMA DE CREDENCIAMENTO**

4.1. O credenciamento será gratuito e ficará disponível no período de 30 (trinta) dias após a publicação deste Chamamento Público, devendo ser realizada diretamente via protocolo oficial junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, localizada na Rua Getúlio Vargas, 750, Centro, São Domingos - SC, na forma do Anexo II.

4.2. O credenciamento do proponente implicará a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Chamamento Público, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.3. Poderão participar deste Chamamento Público os proponentes que enviarem todos os seguintes documentos:

a) Plano de Trabalho (Anexo III), acompanhado de orçamentos que justifiquem os investimentos pretendidos

b) Cartão CNPJ;

c) Termo de Credenciamento (Anexo II);

d) cópia autenticada do estatuto da instituição e, caso tenha sido atualizado, cópia da atualização;

e) cópia autenticada da ata de eleição ou do termo de posse do dirigente em exercício;

f) cópias autenticadas da carteira de identidade e CPF do dirigente ou representante legal da entidade;



# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



g) relação nominal dos dirigentes com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e CPF;

h) comprovante de que possui no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, conforme certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, disponível em [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br);

i) comprovação de, no mínimo, um ano de realização de atividades semelhantes ao objeto, por meio de apresentação de relatório de atividades na área de atuação, o qual pode ser comprovado com atestados, depoimentos, cópias de cartazes, folders, fotografias ou material audiovisual, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, entre outras formas de registro das ações desenvolvidas;

j) declaração da não ocorrência de vedações (Anexo IV) e declaração de ciência (Anexo V);

l) comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;

4.4. Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos ao credenciamento depois de finalizado.

4.5. Não serão aceitos credenciamentos que não se apresentem de acordo com os prazos e exigências do presente Edital.

4.6. O envio da documentação incompleta implica a automática inabilitação do credenciamento.

4.7. O ônus ocasionado com a participação neste Chamamento Público, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do proponente.

4.8. O material apresentado para fins de credenciamento em nenhuma hipótese será restituído ao proponente, independentemente do resultado da seleção.

### **V - DOS ENVELOPES**

5.1. O credenciamento será efetuado mediante o envio dos seguintes envelopes, que deverão estar lacrados e identificados:

5.2 - ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO: deverá conter o disposto no item pertinente ao Plano de Trabalho e ser identificado conforme a etiqueta a seguir:

**ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO**

Edital de Chamamento Público 001/2023

Nome do Proponente:

CNPJ:

5.3 – ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO: deverá conter o disposto nos itens pertinentes à Documentação e ser identificado conforme a etiqueta a seguir:

**ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO**

Edital de Chamamento Público 001/2023

Nome do proponente:

CNPJ:

5.4. Os documentos descritos no item 4.3 deverão ser apresentados em única via, redigidos com clareza, todas as folhas rubricadas e serem assinados pelo representante legal da proponente.

5.5. Os envelopes, serão protocolados junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na Rua Getúlio Vargas, 750, Centro, São Domingos - SC, no prazo de 18 de outubro de 2023 a 20 de novembro de 2023, no período das 7h às 11h30min e 13h30min às 17h30min.

5.6. Não serão consideradas as propostas enviadas por e-mail.



# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



5.7. Os envelopes poderão ser enviados por meio postal físico no endereço acima, com Aviso de Recebimento, e serão considerados desde que recebidos pelo Município dentro do prazo estipulado no item 5.5.

5.8. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública federal.

5.9. Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento, declarações falsas ou não comprovadas e no envio de documentos, isentando o Município de São Domingos de qualquer responsabilidade civil ou penal.

5.10. Serão desclassificados os proponentes que não enviarem os dois envelopes e atenderem os requisitos conforme disposto neste edital.

### **VI - DO PLANO DE TRABALHO**

6.1. Deverá constar no Plano de Trabalho entregue pelo proponente:

a) descrição do objeto de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;

b) descrição dos objetivos do projeto identificando as ações que devem ser cumpridas para obtenção do objeto;

c) cronograma de execução de metas, Plano de aplicação dos recursos.

6.2. O prazo para execução das atividades é até 30 de junho de 2024.

6.3. As solicitações de alterações no Plano de Trabalho deverão ser encaminhadas via ofício protocolado junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

6.4. Não serão consideradas solicitações referentes a incremento financeiro ou à alteração do objeto do Plano de Trabalho.

6.5. Cabe ao gestor da parceria a apreciação e o deferimento das solicitações recebidas.

### **VII - DA COMISSÃO DE SELEÇÃO**

7.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente Chamamento Público, a ser constituída por Decreto, publicada em meio oficial, na forma do artigo 2º, inc. X, da Lei federal 13.019/2014.

7.2. Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do Chamamento Público.

7.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento previsto no item anterior, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.

7.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro do mesmo colegiado.

7.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

### **VIII - DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO**

8.1. Este Chamamento Público prevê a realização de sessão pública para rubrica dos envelopes e divulgação dos resultados desta seleção.



# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



8.2. A abertura da sessão pública, que acontecerá no Departamento de Licitações do Município de São Domingos, dar-se-á no dia 21 de novembro de 2023, às 9 horas.

8.3. Os envelopes do Plano de Trabalho e da Documentação serão rubricados pela Comissão de Seleção, que em seguida avaliará as propostas apresentadas.

8.4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento da tabela abaixo, com a seguinte metodologia de pontuação: Pontuação Máxima por Item:

1. ANÁLISE DO OBJETO DA PROPOSTA	PONTOS
(A) EXCELENTE	10
(B) BOM	5
(C) REGULAR	3
2. TEMPO DE CADASTRO DO CNPJ	PONTOS
(A) MAIS DE 3 ANOS	10
(B) DE 2 ANOS E 1 DIA ATÉ 3 ANOS	5
(C) DE 1 ANO ATÉ 2 ANOS	3
3. NÚMERO DE SÓCIOS DA ENTIDADE	PONTOS
(A) ACIMA DE 20	10
(B) ACIMA DE 10 ATÉ 19	5
(C) ATÉ 10	3
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA:</b>	<b>30 PONTOS</b>

8.5. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento, deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

8.6. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiadores, local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes.

8.7. Serão eliminadas aquelas propostas:

- a) que recebam nota “zero” no critério de julgamento;
- b) que estejam em desacordo com o Edital.

8.8. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela acima, avaliadas pelos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

8.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento “1”. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento “2” e “3”. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

8.10. Da sessão será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Seleção e pelos presentes.

8.11. A sessão poderá ser suspensa para julgamento das propostas e para verificação da documentação, tendo reinício em até 5 (cinco) dias úteis após a suspensão, em horário a ser definido pela Comissão de Seleção.



# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



### **IX - DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

9.1. Seleccionadas as organizações da sociedade civil, cujas propostas tenham sido atribuídas as maiores notas, suas documentações serão verificadas por meio de comissão designada para este fim, com decisão embasada em parecer.

9.2. Será inabilitada a entidade que deixar de apresentar qualquer um dos documentos previstos neste Chamamento Público ou apresentá-los fora do prazo de validade consentido.

9.3. Concluído os trabalhos, o resultado da seleção das propostas e da habilitação ou inabilitação dos proponentes selecionados será divulgado no site do Município de São Domingos, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

9.4. Constará na publicação o nome dos projetos selecionados, nome das respectivas organizações da sociedade civil, município dos proponentes, notas finais obtidas nas avaliações e habilitação ou inabilitação.

9.5. Da referida sessão, será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Seleção e pelos presentes.

9.6. Ocorrendo o julgamento e a verificação de documentos concomitantemente, poderá ser lavrada uma única ata circunstanciada.

### **X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1. A contar do primeiro dia útil subsequente à divulgação oficial dos resultados do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação dos proponentes, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que qualquer entidade participante interponha recurso administrativo.

10.2. Somente serão acolhidos recursos administrativos referentes à inabilitação documental.

10.3. Caso não haja inabilitados haverá a continuidade imediata do procedimento sem a abertura de prazo para recurso administrativo.

10.4. Os recursos deverão ser protocolados no Município de São Domingos, ou encaminhados, via Correios observado o prazo previsto no item 10.1.

10.5. O recurso será dirigido à Comissão de Seleção que se manifestará em até 5 (cinco) dias úteis. Caso não haja provimento do recurso a manifestação deverá ser submetida para apreciação da autoridade superior.

10.6. O recurso que não trazer expressa a devida justificativa será indeferido.

10.7. Os recursos que tenham por finalidade encaminhar documentação complementar, não entregue no prazo previsto para credenciamento, serão automaticamente indeferidos.

10.8. Os casos omissos serão resolvidos, com fundamento na legislação pertinente vigente, em primeira instância pela Comissão de Seleção.

10.9. O não conhecimento de recurso não impede ao Município de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

10.10. Na hipótese de inabilitação de proponente previamente selecionado, aquele imediatamente mais bem classificado poderá ser convidado a aceitar a celebração da parceria nos termos da proposta por ele apresentada.

10.11. Caso o proponente convidado nos termos do item 10.10 aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação de sua documentação.

### **XI - DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Transcorrido o prazo de interposição dos recursos, ou em caso de desistência ou não aplicação, este Chamamento Público será homologado pelo Prefeito Municipal e será divulgado no site do



# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



Município de São Domingos, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios, de forma imediata, para a qual não caberá recurso.

11.2. A homologação não gera, para a organização da sociedade civil selecionada, direito à celebração da parceria, nem ao valor total nela prevista, sendo que o mesmo está condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

11.3. É de total responsabilidade dos proponentes acompanhar a atualização das informações.

### **XII - DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO**

12.1. Para celebração do Termo de Fomento é imprescindível a observância aos arts. 33 a 38 da Lei federal 13.019/2014, bem como dos seguintes itens:

- a) Designação do gestor da parceria, servidor que se responsabilizará pelo gerenciamento administrativo, incluindo prazos, pagamentos e prorrogações, e pela fiscalização da execução do objeto da parceria.
- b) Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, que realizará acompanhamento técnico e financeiro dos Planos de Trabalho.
- c) Parecer jurídico;
- d) Cumprimento de todas as etapas deste Chamamento Público;
- e) Inexistência de pendências documentais ou ajustes referentes à proposta de parceria.

12.2. Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverão ser sanados os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou a sua exclusão.

12.3. O proponente selecionado celebrará, com o Município de São Domingos, Termo de Fomento que disporá sobre as obrigações e os prazos para conclusão dos trabalhos objeto deste edital.

12.4. O proponente selecionado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação, para proceder à assinatura do Termo.

12.5. A assinatura do Termo de Fomento está condicionada à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do proponente.

12.6. A convocação será feita mediante notificação da proponente.

12.7. Transcorrido o prazo previsto no item 12.4 sem que o Termo de Fomento tenha sido firmado, o Município poderá convocar o próximo proponente, obedecido à ordem de classificação.

12.8. O Termo de Fomento deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive à Lei federal 13.019/2014, sendo vedado:

- a) alterar o objeto do Termo de Fomento;
- b) utilizar, ainda que em caráter de emergência, quando for o caso, os bens para finalidade diversa da estabelecida no instrumento.

### **XIII - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

13.1. O repasse dos recursos está condicionado à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do proponente selecionado.

13.2. O proponente selecionado que apresentar pendências quanto aos quesitos mencionados no item 13.1 terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento de notificação, para sua regularização.

13.3. A não resolução das pendências, em conformidade com o item 13.2, acarretará na perda de direito à cessão dos bens, quando for o caso.

13.4. O recurso financeiro será liberado em uma única parcela.



# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



### **XIV - DAS OBRIGAÇÕES**

14.1. O proponente se responsabilizará por qualquer direito autoral que por ventura incidir sobre sua proposta, e se responsabilizará por eventuais reivindicações sobre usos não autorizados.

14.2. Em todo material de divulgação caso produzido, gerados pela parceria, deverão constar:

a) a expressão: “Projeto com o apoio do Município de São Domingos”;

b) as logomarcas que serão disponibilizadas pelo Município.

14.3. O proponente deverá assegurar-se de que o espaço em que será desenvolvida a atividade do Plano de Trabalho possui condições de segurança e salubridade adequadas à realização das ações de acordo com a legislação estadual/municipal.

14.4. Para as entidades que possuem local fixo e pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades, adotar procedimentos e medidas de segurança para as pessoas que frequentam o espaço, conforme a legislação local, com respectivo fornecimento de alvarás autorizativos ou equivalentes.

14.5. Para as entidades que não possui local pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades ou cujas atividades sejam realizadas em locais aleatórios itinerantes ou afins, adotar procedimentos para a obtenção das autorizações públicas exigidas para o desenvolvimento de atividades de acesso ao público, conforme a legislação local.

### **XV - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

15.1. As contas deverão ser prestadas conforme disposto no Termo de Fomento e em consonância com a Lei federal 13.019/2014 e regras da IN TC 14/12, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

15.2. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados obtidos, até o período de que trata a prestação de contas.

15.3. É facultado ao gestor da parceria promover diligências destinadas a esclarecer ou confirmar as informações prestadas pelos profissionais ou, ainda solicitar documentos complementares aos mencionados neste Chamamento Público.

15.4. A organização da sociedade civil deverá prestar contas da boa e regular utilização dos recursos financeiros no prazo de até 30 (trinta) dias do fim de cada exercício até o final de sua vigência.

15.5. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, além do relatório de execução do objeto.

15.6. O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

15.7. O não cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, conforme descrito no Termo de Fomento.

15.8. A prestação de contas deverá ser protocolada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda dentro do prazo estipulado no item 15.4.

15.9. Caberá ao Gestor da Parceria emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria.





# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



15.10. A prestação de contas deverá ser publicada no endereço eletrônico oficial das entidades selecionadas, do Município, ou outros meios que possam dar publicidade aos atos.

### **XVI - DAS SANÇÕES**

16.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado e com as normas da Lei federal 13.019/2014 e da legislação específica, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera do Município sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c) Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será sempre que a organização da sociedade civil ressarcir ao Município pelos prejuízos resultantes.

16.2. A aplicação das sanções estabelecidas nos subitens “b” e “c” do item anterior são de competência exclusiva da Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias. A reabilitação poderá ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

16.3. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

16.4. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.

16.5. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

16.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.7. As sanções previstas nesta cláusula não excluem as dispostas na Lei federal 8.429, de 02 de junho de 1992.

### **XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1. O presente Chamamento Público poderá ser revogado, no todo ou em parte, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.2. A documentação que contenha vício de qualquer natureza ou inobservância de qualquer vedação deste Chamamento Público acarretará na desclassificação da entidade, podendo ocorrer em qualquer momento do certame.

17.3. Os casos omissos serão encaminhados à apreciação e apurados pelas Comissões competentes, cabendo ao Prefeito Municipal a decisão terminativa.

17.4. A entidade selecionada autoriza o Município a divulgar, sem autorização prévia e sem ônus de qualquer natureza, o seu nome, suas imagens e informações acerca das atividades relacionadas ao projeto selecionado, para divulgação das ações e políticas daqueles entes da administração e para fins educacionais e culturais.



# Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



17.5. Até a assinatura do Termo de Fomento, poderá a Comissão de Seleção desclassificar as propostas das entidades participantes, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção que represente infração aos termos do Chamamento Público, respeitado o contraditório.

17.6. Cabe ao Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a assinatura do Termo de Fomento, designar oficialmente a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do inciso XI, art. 2º, da Lei federal. 13.019/2014.

17.7. Esclarecimentos acerca do conteúdo desta chamada pública poderão ser obtidos exclusivamente através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

17.8. Integram este Chamamento Público, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Cronograma;

Anexo II - Credenciamento;

Anexo III - Plano de Trabalho;

Anexo IV - Declaração de Não Ocorrência de Vedações;

Anexo V - Declaração de Ciência

Anexo VI - Minuta do Termo de Fomento

17.9. O Foro competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio oriundo do presente Chamamento Público ou da parceria dele decorrente será o da Comarca de São Domingos, Estado de Santa Catarina.

São Domingos (SC), 17 de outubro de 2023.

**MARCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI**  
**Prefeito Municipal**



# Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



## ANEXO I CRONOGRAMA

EVENTO	DATA
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO	18/10/2023
PERÍODO DE CREDENCIAMENTO	18/10/2023 a 20/11/2023
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	21/11/2023
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E ORDENAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO E DA HABILITAÇÃO E INABILITAÇÃO DOS PROPONENTES	21/11/2023
PERÍODO DE PROTOCOLO DE RECURSOS REFERENTES À INABILITAÇÃO, SE HOVER	28/11/2023
PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO JULGAMENTO DOS RECURSOS E DOS RESULTADOS FINAIS, SE HOVER	30/11/2023

*\* O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar o desenvolvimento do chamamento nos meios de divulgação previstos neste Edital*



**Estado de Santa Catarina**  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS**



**ANEXO II**  
**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Ao Município de São Domingos  
Comissão de Seleção  
Edital de Termo de Fomento Chamamento Público 001/2023

Pelo presente, o Sr. (a) ....., representante legal da .....,  
CPF ....., residente na ....., vem solicitar credenciamento para  
receber recursos públicos que serão destinados ao objeto do Termo de Fomento. Igualmente,  
informo que a proposta apresentada cumpre as disposições legais e está de acordo com o Edital de  
Termo de Fomento Chamamento Público 001/2023, estando ciente e de acordo com todas as  
condições estipuladas em suas cláusulas.

Local, data.

Assinatura  
Nome do Representante  
CPF



# Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



## ANEXO III PLANO DE TRABALHO

### 1 - DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade Proponente:	CNPJ:
Endereço:	
E-mail:	Telefone:
Nome do Representante:	CPF:
Endereço:	Município:
UF:	CEP:
E-mail:	Telefone:

### 2 - PROPOSTA DE TRABALHO

Nome do projeto/atividade: indicar o nome do projeto a ser executado;

Início/fim e prazo de execução: indicar o prazo para execução total das atividades e cumprimento das metas;

Público alvo: indicar o público que será beneficiado pela parceria;

Objeto/finalidade da parceria: descrever o produto final da parceria;

Objetivos/Resultados esperados: descrever o que vai ser realizado identificando as ações que devem ser cumpridas para a obtenção de seu objeto.

Descrição da Realidade: descrever com clareza e sucintamente o diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas.

Relatório de Atividades: informações que comprovem a capacidade técnica e operacional da instituição proponente para a execução do objeto – dados relativos aos últimos 12 meses;

Capacidade técnica: descrever a capacidade técnica para desenvolvimento do objeto e profissionais envolvidos na sua consecução.

Nome do Projeto/Atividade:
Data de início da execução:
Data de fim da execução:
Prazo de execução:
Público alvo:
Objeto/finalidade:
Objetivos/Resultados esperados:



# Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



Descrição da realidade:

Relatório de Atividades:

Capacidade técnica:

### 3 – RECURSOS FINANCEIROS

Valor do Repasse Proposto	
---------------------------	--

### 4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE METAS

O cronograma de execução de metas permite visualizar a descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar e/ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto.

Meta: indicar como meta os elementos que compõem o objeto;

Descrição: relacionar os elementos característicos da meta, etapa ou fase;

Etapa/fase: indicar cada uma das ações em que se pode dividir a execução de uma meta;

Forma de execução: meios para atingir as metas estabelecidas;

Parâmetros de aferição: refere-se à qualificação e quantificação física do produto de cada meta, etapa ou fase;

Unidade: indicar a unidade de medida que melhor caracterize o produto de cada meta, etapa ou fase;

Quantidade: indicar a quantidade prevista para cada unidade de medida;

Duração (início/término): refere-se ao prazo previsto para início e término da implementação de cada meta, etapa ou fase.

EXECUÇÃO DE METAS						
DESCRIÇÃO	ETAPA/FASE	FORMA DE EXECUÇÃO	PARÂMETROS DE AFERIÇÃO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO

### 5 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

\* O plano de aplicação refere-se à utilização dos recursos financeiros em diversas espécies de gastos

Descrição: relacionar os elementos característicos de cada meta, se constitui material, serviço ou obra);

Quantidade: indicar a quantidade prevista para cada descrição;



# Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



Despesas correntes: custeio de manutenção das atividades, como despesas com pessoal, bens de consumo, serviços, manutenção, ou seja, não compõem expansão das suas atividades; Marcar com um “X”;

Despesas de capital: relacionadas a aquisição de máquinas, equipamentos, imóveis, realização e obras. Para a formação de bem capital e expansão das atividades; Marcar com um “X”;

Valor unitário: registrar o valor unitário de cada descrição;

Valor total: registrar o valor total de cada descrição;

Total geral: registrar o somatório dos valores atribuídos.

DESPESAS							
DESCRIÇÃO	MATERIAL/SERVIÇO/ OBRA	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

  

TABELA RESUMO		
VALOR GLOBAL	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL

Recurso: Valor global da parceria;

Despesas correntes: valor total gasto com despesas correntes;

Despesas de capital: valor total gasto com despesas de capital;

## 6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

DESPESA:	CORRENTE
ANO:	2023
MÊS	REPASSE
JANEIRO	
FEVEREIRO	
MARÇO	
ABRIL	
MAIO	
JUNHO	
JULHO	
AGOSTO	
SETEMBRO	
OUTUBRO	
NOVEMBRO	
DEZEMBRO	



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS**



TOTAL DESPESA: ANO: MÊS	CAPITAL 2023 REPASSE
JANEIRO	
FEVEREIRO	
MARÇO	
ABRIL	
MAIO	
JUNHO	
JULHO	
AGOSTO	
SETEMBRO	
OUTUBRO	
NOVEMBRO	
DEZEMBRO	
<b>TOTAL</b>	

Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.

Assinatura  
Nome do representante  
CPF

6. MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

Deferido

Indeferido

São Domingos - SC, XX de XXX de 2023.

**MARCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI**  
Prefeito Municipal





# Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



## ANEXO IV DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DAS VEDAÇÕES

Ao Município de São Domingos  
Comissão de Seleção  
Edital de Termo de Fomento Chamamento Público 001/2023

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins de comprovação junto à concedente, para os efeitos e sob as penas da lei, que esta proposta:

1. É apresentada por organização da sociedade civil com constituição jurídica e sem fins lucrativos;
2. Não possui qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública municipal direta ou indireta ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento municipal, para aplicação na forma prevista no Termo de Fomento.

Declaro ainda que a entidade proponente não se enquadra em nenhuma das vedações abaixo:

1. Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
2. Entidades integrantes do “Sistema S” (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outras);
3. Instituições que estejam em mora, inadimplentes com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em conformidade com a Lei federal 10.522, de 19 de julho de 2002, Estadual e Municipal;
4. Entidade que tenha sido punida com uma das sanções previstas no art. 39, V, da Lei federal 13.019/2014, pelo período que durar a penalidade;
5. Entidades privadas que possuam dentre seus dirigentes membros do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas da União, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau; ou servidores públicos vinculados a órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
6. Órgãos ou instituições públicas federais, distritais, estaduais e municipais;
7. Entidade que tenha entre seus dirigentes pessoa:
  - 7.1. Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
  - 7.2. Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou
  - 7.3. Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.

Assinatura  
Representante  
CPF



# Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



## ANEXO V DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Ao MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS  
Comissão de Seleção  
Edital de Termo de Fomento Chamamento Público 001/2023

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins que estou ciente das exigências contidas no Edital de Termo de Fomento Chamamento Público 001/2023, da legislação de regência, bem como da necessária obtenção de alvarás e licenças exigidas pelos órgãos municipais e pelo Corpo de Bombeiros, e demais legislações pertinentes, quando houver necessidade.

Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.

Assinatura  
Nome do representante  
CPF



# Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



## ANEXO VI

### MINUTA TERMO DE FOMENTO 001/2023

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO  
DOMINGOS E A ORGANIZAÇÃO DA  
SOCIEDADE CIVIL \_\_\_\_\_

O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.009.894/0001-08, com sede na Rua Getúlio Vargas, 750, Centro, São Domingos/SC, representado pelo Prefeito Municipal, MARCIO LUIZ BIGOLIN GROSELLI, doravante denominado MUNICÍPIO e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL XXX, CNPJ XXX, com sede em XXX, representada por seu Presidente, XXX, doravante denominada ENTIDADE, em observância às disposições da Lei federal 13.019, de 31 de julho de 2014 e das leis orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público 001/2023, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, cujo objetivo é a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 0,00 (xxx), por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a execução de infraestrutura física em espaços destinados à prática de esportes de cunho comunitário XXXXXXXXXXXX, a serem executadas até 30 de junho de 2024.

1.2. O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

##### 2.1. São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;
- b) Registrar os atos de celebração, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;
- c) Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;
- d) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
  - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
  - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
  - máquinas e equipamentos cedidos pelo Município, quando for o caso;
  - relatórios apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;



# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



- análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.

e) Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

f) Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de cessão dos equipamentos da parceria celebrada;

g) Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

h) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos equipamentos/máquinas envolvidos na parceria.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

#### 3.1. São obrigações da ENTIDADE:

a) informar ao Município de São Domingos todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;

b) divulgar, na internet ou em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com ao Município, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão do Município responsável;

- nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;

- descrição do objeto da parceria;

- valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

- situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

- quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

c) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

d) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;

e) prestar contas da boa e regular utilização dos recursos ou dos bens no prazo de até 30 (trinta) dias do fim de cada exercício até o final de sua vigência;

f) manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

### CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1. O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

4.2. Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

4.3. São obrigações do Gestor:



# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo Município e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;
- d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação
- e) comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.
- f) Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, ao Município poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:
- g) retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens, quando for o caso;
- h) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1. Este Termo de Fomento terá vigência até 30 de junho de 2024, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da ENTIDADE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

5.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pelo MUNICÍPIO quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

### CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1. Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados em R\$ .....000,00 (.....), conforme plano de trabalho da ENTIDADE, relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento com a seguinte dotação orçamentaria:

Órgão	03
Unidade	001
Funcional	04.122.0402.2.034
Modalidade de Aplicação	3350 – Transferências
Recurso	Ordinário
Dotação	06

6.2. Os recursos financeiros serão transferidos em 01(uma) parcela, sendo em até 30 dias após a edição de lei autorizativa para realização do repasse.



# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

7.2. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

a) datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

7.3. O não cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de utilização, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

a) material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;  
b) relatório de execução de serviços do equipamento ora cedido.

7.4. Ao Município deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

a) relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;  
b) relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

7.5. Para fins de avaliação quanto a eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;  
b) os impactos econômicos ou sociais;  
c) o grau de satisfação do público alvo;  
d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.6. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término do exercício, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

7.7. O prazo referido no item 7.6 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

7.8. O disposto no item 7.7 não impede que o Município promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

7.9. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pelo Município se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:



# Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



- a) aprovação da prestação de contas;
- b) aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- c) rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

7.10. As prestações de contas serão avaliadas:

- a) regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
- b) regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:
  - Omissão no dever de prestar contas;
  - Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
  - Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
  - Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.11. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

7.12. O prazo referido no item anterior é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que ao Município possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

7.13. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.14. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

### CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS BENS

8.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os bens cedidos ou produzidos, quando for o caso, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do Município.

### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

9.2. Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

9.3. A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.



# Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS



9.4. É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei federal 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, ao Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir ao Município pelos prejuízos resultantes.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de São Domingos, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de São Domingos - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

12.2. Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

São Domingos (SC), data

MARCIO LUIZ BIGOLIN GROSBELLI  
Prefeito Municipal

XXX  
ENTIDADE  
Presidente

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Visto e aprovado pela Procuradoria do Município, data.

Assinatura